



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICA

GIOVANNA GONÇALVES ATROCK

**“A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO JORNAL  
ON-LINE METRÓPOLES DE BRASÍLIA: AS NARRATIVAS DE UM SILÊNCIO  
COMPELIDO.”**

BRASÍLIA  
2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LINGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS-  
LIP

**“A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO JORNAL  
ON-LINE METRÓPOLES DE BRASÍLIA: AS NARRATIVAS DE UM SILÊNCIO  
COMPELIDO.”**

GIOVANNA GONÇALVES ATROCK

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística,  
Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito  
parcial para a obtenção do grau de LICENCIADO EM LETRAS.

ORIENTADOR: Professora Doutora Viviane de Melo Resende.

Resumo: Este artigo investiga os textos publicados em março de 2019 no jornal web Metrópolis sobre a temática do feminicídio. Neste recorte temporal, mapeia-se 34 textos por meio da intertextualidade e das temáticas articuladas em cada voz. As análises apresentadas têm por base teórica-metodológica a análise de discurso crítica e a aplicabilidade no estudo sobre violência de gênero. Os resultados de análise inspiram uma naturalização da violência contra as mulheres, com uma retórica naturalizada, influenciada pelo patriarcado, associadas aos conteúdos ecoados nas vozes, o que gera uma interpretação errônea a respeito da problemática. Desvalorizando, assim, o sofrimento das mulheres representadas nos textos.

Palavras-chave: feminicídio, violência de gênero, ressonância e jornalismo *on-line*.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar e mapear, no *Metrópolis*, um jornal on-line da cidade de Brasília, a representação de mulheres vítimas de feminicídio. Para nortear o estudo no âmbito da Análise de Discurso Crítica, formulamos as seguintes questões de pesquisa: (1) Quais são as vozes que nas matérias representam as mulheres e as situações de violência? (2) Qual o nível de articulação de fala das vozes presentes nos textos? (3) Quais as temáticas relacionadas com as vozes atuantes no *corpus*?

O *corpus* do trabalho é formado por notícias do jornal *Metrópolis*, que, em 2019, começou um projeto chamado “Ela por elas”, que tem como principal função expor casos, em notícias e reportagens, diariamente, de violência contra mulheres no Distrito Federal, a fim de dar maior visibilidade ao problema. Por esse motivo, o veículo jornalístico foi escolhido para a pesquisa. Para a coleta de dados, foi considerada a janela temporal do mês de março de 2019, mês em que se comemora o “dia internacional da mulher”, sendo também o período de 2019, até o presente momento, que mais apresentou casos de feminicídios registrados no jornal *Metrópolis*.

As notícias e reportagens foram coletadas por meio de busca com a palavra chave “*feminicídio*”, que levou a textos com abordagens de casos de assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres, ou seja, em decorrência da misoginia e da violência de gênero, casos de tentativa de feminicídio e textos que abordam a problemática de forma geral. Considerados esses critérios, foram encontrados 34 textos no total.

Para apresentar a análise deste recorte de dados, este artigo foi organizado em 4 seções. Na primeira seção, foi apresentada uma contextualização da problemática feminicídio, bem como os reflexos dela no jornalismo on-line. Na segunda, apresenta-se

o aparato teórico para realização de toda a pesquisa fundado em um estudo crítico do discurso e sua aplicabilidade na análise de questão de gênero. Já na terceira, foi mostrado a metodologia para a coleta de dados do *corpus* do presente trabalho. Na última, ocorre o mapeamento dos dados, junto com a interpretação desses.

### **Violência contra mulheres: a ressonância do feminicídio em um site de notícias**

A violência contra mulheres é muito corriqueira no país, seja ela física, verbal ou moral, devido à existência de uma cultura machista que predomina na sociedade. Tal afirmação se torna possível ao notar, no “Mapa da violência contra mulher” de 2018, que os crimes de feminicídio são cometidos principalmente por ex companheiros ou familiares próximos da vítima. Os números de casos, por todo território brasileiro, são alarmantes. O Distrito Federal se encontrava, até em 2018, em terceiro lugar no ranking de casos de feminicídios. Além disso, segundo o IMP, através do projeto “Relógio da violência”, informação publicada em agosto de 2018, a cada 7,2 segundos uma mulher sofre agressão física no Brasil. Totalizando 12 mil mulheres agredidas por dia.

Isso acontece, segundo María Lugones (2008-2014), porque existe hegemonia do sexo masculino, desde a colonização das Américas, em que o modelo patriarcal foi predominante, seja em conquistas de direitos, em força, representatividade, voz dentro da coletividade etc. Modelo esse que, de acordo com Mary Castro e Lena Lavinias (1992), representa a dominação do homem sobre as mulheres, não apenas nas esferas familiares, políticas, econômicas ou midiáticas, mas compõe uma dinâmica social como um todo, que ocorre, inclusive, de forma inconsciente no pensamento de homens e mulheres.

Lugones afirma, também, que é preciso dar mais ressonância às vozes que não são ouvidas, nesse caso, as das mulheres que, segundo ela, precisam lutar por meio de um feminismo de resistência. Conforme Lourdes Maria Bandeira (2011), o movimento e luta feminista criaram condições históricas, políticas e culturais necessárias para o reconhecimento da legitimidade e da gravidade do problema da violência de gênero, mas, apesar disso, os casos de violência contra mulheres estão crescendo e, cada vez mais, truculentos e cruéis. Dessa forma, é inaceitável que a mídia jornalística trate com desdém a triste realidade vivida por muitas mulheres.

Para que a visibilidade, defendida por Lugones, seja eficaz e capaz de gerar mudanças significativas dentro de um todo social, é muito importante que a mídia brasileira, e também os jornais *on-line*, tenha cuidado ao relatar notícias a respeito dessa problemática do feminicídio e que tenham cautela a quem eles dão poder de voz e com as temáticas expressadas nos conteúdos dessas falas nos trechos dos jornais. Porque as vozes proferidas, que representam e falam pelas mulheres, podem gerar uma espécie de naturalização da violência contra mulheres em seus discursos dotados de crenças próprias. De acordo com Teun Van Dijk (2010), ocorre frequentemente esse processo de inserção de verdades próprias dentro de um discurso.

A naturalização da violência contra mulheres pode ser reforçada por meio de conteúdos noticiosos e dos modos como são organizados e produzidos, o que pode gerar certa apatia, por parte de leitoras e leitores, em relação à violência contra mulheres. Isso guarda relação com o modelo de organização dessas notícias, que, como Motta (2013) sugere, caracteriza-se no modelo de *hard news*. Esse modelo se define como mais “seco”, sem a presença do afeto, apenas com apresentações de dados e de fatos: “A expressão mais visível desse estilo duro é o chamado lide jornalístico, onde o repórter relata em linguagem direta o quê, quem, onde, quando, como e o porquê do incidente reportado” (MOTTA, 2013, p. 96).

À vista disso, quando o feminicídio é retratado nesse estilo, é capaz de influenciar interpretações, ainda mais se forem levadas em conta as diferentes vozes presentes nos discursos abrangendo as mulheres vítimas de feminicídio nos jornais *on-line* e como essas vozes abordam o feminicídio. As temáticas representacionais podem gerar diferentes impactos em uma coletividade social, já que a sociedade atual é conhecida como “sociedade da informação”; por isso, é necessário ter atenção analíticas às formas como determinadas informações são organizadas e articuladas.

Por esses motivos, os jornais *on-line* têm importância fundamental, pois têm largo alcance na distribuição de informações, sendo possíveis formadores de opiniões, pois mais de 70% da população brasileira, segundo o IBGE, têm acesso à internet, conseqüentemente, possuem acesso ao jornalismo *on-line* também. Assim sendo, é preciso que haja uma maior visibilidade à questão do feminicídio, como o *Metrópoles* tem procurado fazer por meio do projeto “Elas por elas”, mas também que haja mudanças

nos formatos de representação das mulheres vítimas desse crime e que sejam convocadas as pessoas certas para dar voz às histórias das mulheres.

## **2. Um olhar teórico sobre a Análise Crítica do Discurso e sua aplicabilidade na análise de questões de gênero**

Os estudos críticos do discurso, que são organizados por meio de categorias analíticas, baseados no referencial teórico de (VIEIRA; RESENDE, 2016; RESENDE, 2017) se fundamenta nos estudos de Fairclough, é uma análise norteadada através da relação direta entre o discurso e a sociedade. O que a torna uma ciência social que interage com a linguística, reconhecendo o discurso como uma prática social, com um olhar teórico sobre a semiose, essa que inclui todas as formas de sentidos linguísticos. Além disso, a ADC é uma teoria interdisciplinar que abrange diversos níveis discursivos e sociais que se materializam em um fazer textual (RESENDE, 2017).

Segundo Fairclough (2001), a análise do discurso possibilita a identificação de ideologias, formas de representação afins com hegemonias, poder e problemáticas naturalizadas em um contexto social. Assim, é possível mapear e categorizar os reflexos de possíveis realidades de uma sociedade dentro do discurso. Contudo, da mesma forma que o discurso pode naturalizar problemáticas existentes, também é capaz de produzir mudanças sociais. Dessa forma, discursos são tanto formas de manutenção de estruturas de poder e dominação como ferramentas que desafiam o estado de coisas e pressionam pela mudança.

Fairclough (2001a, p. 28) explica que a abordagem "crítica" implica, por um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam àqueles(as) que possam se encontrar em situação de desvantagem. (RESENDE, 2008, p. 22)

O fazer discursivo se fundamenta na prática social, incluindo relações e identidades sociais e sistemas de conhecimento e crença (RESENDE 2017). A relação discurso-sociedade é entendida como sendo interna e dialética, isto é, o discurso não é

apenas uma prática individual, é uma prática de significação do mundo (FAIRCLOUGH 2008). Dessa forma, os discursos e os modelos representacionais podem revelar diversos aspectos da sociedade em que se inserem.

Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90-91).

Com base em Fairclough (1989) o discurso sempre considera um contexto discursivo-social gerador de textos, que são, portanto, resultantes da condição social de produção, do processo de produção e das condições sociais de interpretação. Isto é, o surgimento de um discurso não é meramente espontâneo e pode causar diversos efeitos interpretativos, mas são o resultado da condição social em que estão inseridos, o que molda a opinião social através do senso comum. Além disso o discurso contribui para mudanças significativas nas relações sociais, ou seja, a linguagem é um processo social condicionados por outros âmbitos não linguísticos da sociedade.

O estudo crítico do texto se baseia na forma e no conteúdo, pois por meio do texto e de sua função dialética é possível perceber estruturas e eventos sociais, e entender seu funcionamento. O referencial teórico de Fairclough possibilita expressar, então, que o fazer discursivo não surge do nada, mas passa por diversos níveis textuais e sociais diferentes até que chegue ao público alvo.

No caso do objeto discursivo desta pesquisa, pode-se entender que o texto jornalístico é formado por um grupamento de informações previamente influenciadas pelas intenções discursivas e sociais. Ou seja, não são apenas relatos, mas incluem posições, opiniões e crenças que podem estar bem “disfarçadas” por meio do estilo jornalístico pretensamente neutro. Já que o discurso da mídia, enquanto produto, assume a natureza de mercadoria entre produtores e consumidores (Fairclough 1989).

Além disso, segundo Teun van Dijk (2010), a análise de discurso crítica tem como objetivo investigar o modo como o abuso do poder social, a hegemonia e a desigualdade são realizados na prática, e a forma como ecoam pelo texto e pela fala no âmbito social e político. O discurso, segundo ele, tem o poder de naturalizar determinadas

situações, por exemplo, por meio de mecanismos linguísticos, tais como a apassivação de orações, causando, assim, a supressão de fatos e de responsáveis por determinadas ações. Esse aspecto discursivo é notável em textos de jornalismo on-line, por exemplo, no *corpus* deste trabalho foram encontradas, de acordo com os estudos de representação de atores sociais de Theo van Leeuwen (2003), 80 ocorrências de apassivação em 25 textos. Evidenciando, assim, esse processo de supressão dentro dos textos jornalísticos.

Outra forma de naturalização do feminicídio em textos dos jornais on-line são as chamadas “*hard news*”, que, segundo Motta (2013), representa um modelo jornalístico apenas expositivo, em que não há a presença de emoção ou de uma história a ser contada, apenas ‘apresentações de fatos’. Além da naturalização da violência, esse modelo de notícia pode gerar apatia no público leitor.

Ademais, o discurso é um importante fator na luta hegemônica, pois, por meio dele, é possível colocar em evidência um determinado grupo como dominante dentro de uma sociedade, persuadindo, assim, as pessoas de um meio social a enxergar da mesma forma, ou seja, que um grupo é dominante a outro, e naturalizando essa estrutura. A dominância também pode ocorrer por meio do uso da força, característica presente no machismo. A representação naturalizada disso nos jornais pode levar à interpretação de que os homens realmente devam exercer domínio sobre as mulheres.

O conceito de luta hegemônica é caro aos estudos críticos do discurso, e Resende e Ramalho (2006, p. 43) explicam que:

Ao retomar o conceito de Gramsci, Fairclough (1997, 2001a) caracteriza "hegemonia" como domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força. A dominação, entretanto, sempre está em equilíbrio instável, daí a noção de luta hegemônica como foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas.

Para mais, o fazer discursivo pode influenciar opiniões, já que, de acordo com Luiz Gonzaga Motta (2013), a/o jornalista, ao expor uma história, através da retórica expõe uma narrativa verídica, mas, também, uma imaginária, ocorrendo, de forma significativa, um desvio comunicativo-textual.

Ser um controlador de mentes é mais um fator fundamental para o processo de reprodução da dominação e hegemonia, segundo van Dijk (2008) em sua abordagem



cognitiva do discurso. O controle da mente, de acordo com o autor, pode ocorrer mediante o contexto, as estruturas textuais. O mesmo ocorre quanto à estrutura e como ela estimula as representações mentais, por exemplo, quando os tópicos de uma estrutura podem representar aquilo que os leitores vão definir como mais importante dentro de uma informação que será mantida em um “topo dos modelos mentais”. Para ilustrar, o autor utiliza-se do exemplo de tópicos usados em títulos de notícias, que pode sugerir poderosamente a forma como um acontecimento é definido e interpretado.

Há, também, um outro nível de manipulação discutido pelo autor, que ocorre mediante a inserção, por meio das vozes presentes nos textos, de crenças de forma implícita, as quais motivam uma chave interpretativa sobre determinado fato, como em um caso de feminicídio, por exemplo, em que a fidelidade da mulher sempre é posta em “xeque” para justificar um crime injustificável.

A violência de gênero é uma realidade antiga não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Essa violência ganhou maior visibilidade na mídia brasileira em 1976, com um caso de feminicídio que foi considerado um “crime de defesa à honra”. Apesar de não existir mais crimes categorizados dessa maneira, é possível interpretar que os atos violentos cometidos contra mulheres ainda são interpretados nessa classificação de defesa à honra, devido à influência do patriarcado.

Conforme Lourdes Maria Bandeira (2011), o patriarcado traz diversas alusões de padrões de como a mulher deve ser e se portar, isto é, assumir o papel de dona de casa, mãe, esposa fiel etc. Quando essas expectativas são “frustradas”, a mulher pode sofrer consequência contra sua integridade. Ou seja, a violência de gênero é influenciada pela ideia de dominância do sexo masculino sobre o feminino, de forma que o ato violento acontece simplesmente pela condição de alteridade da vítima que tem seu poder de voz e seus direitos humanos interrompidos.

A violência de gênero, segundo Tânia Mara Campos (2014), é produzida em contextos e espaços sociais relacionais, sejam eles impessoais, interpessoais ou ainda de grandes guerras. Ou seja, essas atitudes violentas não são tomadas com intuito de aniquilar ou machucar pessoas consideradas iguais ou de mesmo nível daquele que comete o ato, mas, de acordo com ela, “[a] centralidade das ações violentas (físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais) incide sobre a alteridade do feminino na

esfera doméstica familiar, na esfera pública e na esfera dos conflitos internacionais” (p.329).

O patriarcado e a dominação masculina, de acordo com Bandeira (2011), isoladamente, não são argumentos suficientes para “explicar” a violência contra mulheres, mas a questão do poder familiar, a relação de poder desenvolvida pelo vínculo afetivo entre marido e mulher, por exemplo, ainda é capaz de silenciar várias mulheres presas em seus laços familiares autoritários. Esse fato pode ser evidenciado através da interpretação das reportagens e notícias do jornal on-line *Metrópoles*, em que todos os casos de feminicídios noticiados, em 35 textos do *corpus*, foram cometidos por companheiros das vítimas, sempre motivados por “fuga” aos padrões estabelecidos pelo patriarcado, dominância de gênero e pela relação de poder familiar. A violência de gênero, portanto, torna-se “um espetáculo de exibição de poder”. (Tânia Mara Campos, 2014).

Para Pierre Bourdieu (2012), a dominância do sexo masculino e a manutenção de poder se infiltra no nosso pensamento e no nosso conhecimento de mundo, o que traz crenças carregadas de preconceitos e ideias equivocadas de soberania masculina. Porém isso, muitas vezes, não ocorre de forma consciente, mas de maneira imperceptível. Fazendo com que, geralmente, as mulheres concordem com o homem e, em casos mais sérios, naturalizem determinadas situações. Como representado pelo sociólogo:

Portanto, não basta observar que as mulheres concordam em geral com os homens (que, por sua vez, preferem mulheres mais jovens) na aceitação dos signos exteriores de uma posição dominada; elas levam em conta, na representação que se fazem de sua relação com o homem a que sua identidade está (ou será) ligada, a representação que o conjunto dos homens e mulheres serão inevitavelmente levados a fazer dele, aplicando os esquemas de percepção e de avaliação universalmente partilhados (no grupo em questão). (Pierre Bourdieu, 1995, p. 48)

Diante disso, é perceptível que a violência contra mulheres se realiza em um contexto machista, que, infelizmente, ainda põe muitas mulheres em um cenário de colonização de gênero, de forma que não recebem a ressonância devida e muito menos a

solução do problema, anulando seu direito à vida e à liberdade. A dominância masculina é sorrateira e mortífera.

### **3. Metodologia utilizada para coleta e análise dos dados**

Para o presente artigo foram coletados dados que circulam no domínio discursivo do jornalismo *on-line*, considerados os textos publicados no jornal *Metrópolis* a respeito da temática “feminicídio”, isto é, o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, problemática que necessita ser analisada com a devida atenção. Foram coletadas todas as notícias e reportagens do mês de março de 2019, recorte temporal significativo, já que é o mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Desse modo, foram recolhidos os 34 textos, por meio da busca da palavra-chave “feminicídio”, que compõem o *corpus*. Foram incluídos os textos com abordagem de crimes de feminicídio, tentativa de feminicídio e textos que abordam o tema de uma forma geral.

Os dados coletados foram analisados com base nas seguintes perguntas de pesquisa: (1) Quais são as vozes que nas matérias representam as mulheres e as situações de violência? (2) Quais os níveis de articulações de fala das vozes presentes nos textos?<sup>1</sup> (3) Quais as temáticas relacionadas com as vozes que são articuladas no *corpus*? A análise de dados está fundamentada na Análise de Discurso Crítica por meio da categoria analítica Intertextualidade e com a apresentação das temáticas.

Os dados foram organizados em tabelas, a fim de facilitar sua interpretação, as colunas foram categorizadas em “vozes” presentes nos textos; “quantidade de textos” e “ocorrências”. Assim, a organização em tabelas faz referência à quantidade de vezes que ocorreu a articulação de determinada voz em um número dado de textos. A isso se soma o mapeamento do “nível da articulação intertextual”, de modo que o nível de articulação é determinado pelo nível da proximidade da fala com o texto que a articula, por exemplo, “DD” representado por vozes que são articuladas em discurso direto, “DI” para vozes que são articuladas em discurso indireto e relato narrativo de fala (RNF) para a articulação do

---

<sup>1</sup> O conceito de nível de articulação foi desenvolvido para esta pesquisa e será explicado oportunamente.

tipo “citado por alguém que citou a fala de outro alguém”. Uma segunda tabela organiza as temáticas tratadas nas diferentes vozes intertextualmente articuladas aos textos do *corpus*.

#### 4. Quem fala de feminicídio no *Metrópoles* e quais temáticas são articuladas nessas vozes?

Nos 34 textos do jornal *on-line Metrópoles* que compõem o *corpus*, foram mapeados 14 grupos de atores cujas vozes são articuladas: polícia, especialistas, testemunhas, companheiros das vítimas, vozes do governo (instâncias do poder executivo), mulheres vítimas, vozes da lei e da justiça (advogados/as, juízes/as, tribunais, parlamentares), familiares, vozes da própria mídia, ativistas e ONG, prefeitura, estuprador, denúncia anônima e administração de condomínio.

Nos quadros a seguir, organiza-se, na primeira tabela, a quantidade de articulações de determinada voz e o número de textos em que isso ocorre. Também foram mapeados os modos de articulação intertextual, como explicado na seção anterior (discurso direto, discurso indireto e relato narrativo de fala). Na segunda tabela foram organizados os respectivos temas mapeados nas articulações.

Tabela 1 – ‘intertextualidade e nível da articulação do discurso’ no jornal *on-line Metrópoles*

| <b>Vozes</b>              | <b>Quantidade de textos</b> | <b>Ocorrências</b> | <b>Nível do Discurso</b> |
|---------------------------|-----------------------------|--------------------|--------------------------|
| <b>Vozes da polícia</b>   | 15                          | 39                 | DD e DI                  |
| <b>Especialistas</b>      | 4                           | 24                 | DD e DI                  |
| <b>Testemunhas</b>        | 13                          | 23                 | DD, DI e RNF             |
| <b>Companheiros</b>       | 12                          | 16                 | DD, DI e RNF             |
| <b>Vozes do governo</b>   | 7                           | 14                 | DD e DI                  |
| <b>Mulheres vítima(s)</b> | 6                           | 13                 | DD, DI e RNF             |
| <b>Vozes da lei</b>       | 4                           | 13                 | DD e DI                  |
| <b>Familiares</b>         | 7                           | 10                 | DI e RNF                 |
| <b>Vozes da mídia</b>     | 4                           | 8                  | DI                       |
| <b>Ativistas e ONG</b>    | 4                           | 5                  | DD e DI                  |
| <b>Prefeitura</b>         | 1                           | 4                  | DD                       |
| <b>Estuprador</b>         | 1                           | 2                  | DI                       |
| <b>Denúncia anônima</b>   | 2                           | 3                  | RNF                      |
| <b>Adm. de condomínio</b> | 1                           | 1                  | DD                       |

Na tabela acima, é fácil visualizar as vozes com maior visibilidade e densidade nos textos, além de articulações que deveriam ter mais ressonância e não obtiveram. As

vozes de mulheres vítimas sobreviventes foram analisadas em conjunto com a tabela 2, para que houvesse uma análise mais eficaz da relação entre densidade e temáticas abordadas na articulação.

As vozes com maior densidade de articulação na ressonância à problemática do feminicídio são da polícia, que predominam tanto nas quantidades de textos [15] como em ocorrências [39], de modo que, conseqüentemente, os temas são abordados sob o âmbito criminal – já era de se esperar grande densidade de vozes da polícia e de testemunhas, dada a natureza da cobertura e o gênero noticioso. Vozes de especialistas, embora presentes em um pequeno número de textos [4], têm alto número de ocorrências [24] que abrangem de forma geral o feminicídio, tratando a problemática através, principalmente, de dados numéricos e estatísticos. Também se sobressaem as vozes de testemunhas, em 13 textos e com uma quantidade expressiva, vinte e três, de ocorrências, que são de extrema importância, pois se tratam de narrativas, no jornal *on-line*, que possuem um teor testemunhal, além disso, as testemunhas possuem poder de fala para contar as histórias vividas pelos outros.

As vozes de maiores números de textos (polícia e testemunhas), possuem mais proximidade com as narrativas nos jornais, pois são relatadas em discurso direto e indireto, o que expõe uma abertura de fala maior e mais direta para essas vozes por parte do jornal *on-line*. Por apresentarem maior densidade, são as que têm, também, maior poder de fala sobre as histórias das mulheres dentro do *corpus*.

A quantidade [12] e ocorrências [16] de falas dos companheiros das vítimas (que são também seus assassinos, ou agressores no caso de sobreviventes) chama atenção, uma vez que têm muita repercussão no *corpus*, o que revela, também, grande abertura de espaço de fala, por parte do jornal, para que os agressores e criminosos tenham mais espaço que outras vozes mais relevantes, como a do governo por exemplo, atores com mais gerência para exigência, promoção ou realização de políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros.

Com base nas instâncias de articulação intertextual, foi feita uma tabela, reproduzida a seguir, que associa as respectivas temáticas expressadas. Foram encontrados diversos conteúdos temáticos e, em alguns casos, eles se repetem.

Tabela 2 – Temática abordadas nas diferentes vozes

| <b>VOZES</b>                              |   |
|---|---|
| <b>Policiais</b>                          | Relato do fato ocorrido ou operações<br>Reprodução das falas do criminoso<br>Descrição física da vítima ou do suspeito<br>Histórico do casal<br>Identificação do suspeito |
| <b>Especialistas</b>                      | Dados estatísticos e numéricos<br>Relatos sobre feminicídio<br>Relatos de situações pessoais<br>Violência contra mulher<br>Machismo                                       |
| <b>Testemunhas</b>                        | Relato do fato ocorrido<br>Comportamento do criminoso<br>Relação vítima-criminoso<br>Denúncia   |
| <b>Namorado, Companheiro, Marido etc.</b> | Motivação do ato<br>Declaração de amor<br>Ameaças<br>Conversas alheias ao crime<br>Confissão  |
| <b>Vozes do governo</b>                   | Políticas públicas<br>Feminicídio<br>Violência contra mulheres<br>Combate ao crime  |
| <b>Mulheres vítimas</b>                   | Descrição do comportamento agressivo do companheiro<br>Relato pessoal<br>Descrição do fato ocorrido   |
| <b>Vozes da lei e da justiça</b>          | Políticas públicas<br>Condenação do criminoso   |
| <b>Familiares</b>                         | Relatos do fato ocorrido<br>Histórico da vítima e do agressor<br>Descrição física da vítima<br>Relação vítima-criminoso<br>Denúncia                                       |
| <b>Vozes da mídia</b>                     | Descrição do fato ocorrido<br>Dados estatísticos e numéricos  |
| <b>Ativistas e ONG</b>                    | Políticas públicas e ações solidárias<br>Crítica ao governo<br>Violência contra mulheres<br>Relato pessoal  |
| <b>Prefeitura</b>                         | Dados<br>Políticas públicas<br>Segurança pública  |
| <b>Estuprador</b>                         | Fato ocorrido   |

A voz da polícia, apesar de ser a articulação que possui maior densidade dentro do *corpus*, as temáticas abordadas por ela, como *relato do fato ocorrido ou de operações, reprodução das falas do criminoso, descrição física da vítima ou do suspeito, histórico do casal e identificação do suspeito* são pouco voltadas a um debate qualitativo ou crítico,

capaz de trazer reflexão mais profunda sobre o tema, pois apenas narram e descrevem os crimes, sem relacioná-los à violência misógina estrutural. Como retratado nos trechos abaixo:

- (1) “Segundo a PCDF, a vítima tinha marca de facada no peito, sangue na boca, no nariz, e estava com a língua inchada quando foi encontrada em casa.”
- (2) “De acordo com a delegada Jane Klébia, não há registros anteriores de violência doméstica contra o homem. Ela disse que existem indícios de que o feminicídio tenha sido premeditado.”

As vozes do governo, apesar de não serem tão relevantes nos números, abordam temas que tratam o feminicídio fora do âmbito policial, como o de políticas públicas. Por isso faz falta maior visibilidade das vozes do governo – pois este tem poder para executar políticas públicas eficazes. De 34 textos, vozes do poder executivo só aparecem em sete, com 14 ocorrências. O jornal *on-line* em questão deu mais abertura às falas, por exemplo, dos assassinos/ agressores do que para o governo (tabela 1), sugerindo preferência pelas temáticas abordadas nessas falas em relação à discussão de políticas antiviolença e por igualdade de gênero.

Os seguintes conteúdos são os que mais aparecem nas matérias associados às vozes dos agressores: *motivação do ato, declaração de amor e ameaças*. Esses temas permitem aos textos construir naturalização da violência contra mulher, pois ao colocar em evidência a “motivação do ato”, por exemplo, de certa forma, insinua que exista uma suposta justificativa para que se cometam os crimes. Na análise dessas temáticas articuladas intertextualmente, percebe-se que os crimes noticiados são representados como motivados por ciúmes ou por não aceitação do término de um relacionamento, como apresentado nos seguintes trechos retirado do *corpus*:

- (1) “Vou te matar. Se você não ficar comigo, não vai ficar com mais ninguém e se eu for preso, vou te matar quando sair”
- (2) “Ele confessou o crime e disse ter asfixiado a ex-namorada por não aceitar o fim do relacionamento”.

Nesse viés, os conteúdos apresentam as mulheres como um “objeto” posse de seus parceiros, que evidenciam o ciúme doentio dos criminosos fundado na ideologia do patriarcado. As narrativas, portanto, ainda se enquadram na lógica de “crimes de defesa à honra”, embora o código penal já não os reconheça assim.

As vozes das mulheres são, em sua maioria, silenciadas pelo assassinato cometido por seus companheiros, mas têm espaço no *corpus* quando se trata de sobreviventes de tentativas de feminicídio. Essa ressonância é significativa, em seis textos, com 13 ocorrências (tabela 1), e são relatadas em todos os níveis discursivos. Mesmo assim, as mulheres que puderam falar limitam-se a figurar uma *descrição do comportamento agressivo do companheiro, relato pessoal, descrição do fato ocorrido*—tratam de trazer articulações baseadas nos acontecimentos de forma descritiva

(1) “A vítima disse que foi agredida com um facão.”

(2) “A mulher contou que já foi agredida outras vezes e tem medida protetiva contra o autor.”

A fala dessas mulheres, fundado nos conteúdos das ocorrências, são utilizadas nas reportagens para relatar, principalmente, o relatório do caso, mesmo em seus diferentes níveis discursivos, dando a elas um poder de voz superficial dentro de toda problemática do feminicídio.

### **Considerações finais**

O mapeamento dos dados, portanto, demonstra que, além de existir uma naturalização da violência, o problema “femicídio” ainda é muito visto pelo âmbito criminal, já que a voz da polícia possuiu maior densidade e abrangeu o maior número de temáticas, em que se faz uso de um jornalismo testemunhal e descritivo. De forma que esse tipo jornalístico não é capaz de reproduzir o problema da misoginia de gênero de fato, pois está no âmbito da cultura, social, político, econômico, ou seja, uma prática



crystalizada na sociedade, em que mulheres, apesar de vítimas, não possuem, efetivamente, a ressonância necessária, como visto nos dados.

Dessa forma, diante do exposto, é entendível que a violência contra mulheres é resultante de polos superiores do poder masculino, crime que precisa urgente sofrer o processo de desnaturalização, para que, enfim, as mulheres tenham seus direitos humanos, verdadeiramente, garantidos.

### **Bibliografias:**

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*, Brasília, UNB, 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*. Brasília, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMPOS, Tânia Maria. *Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial*. Brasília, UNB, 2014.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. *Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA CAMARA DOS DEPUTADOS. *Mapa da violência contra mulher*, 2018.

Discourse and practices. Oxford: Oxford University Press, 2008. VIEIRA, V. C.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. UK, 1989.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. Tabula Rsa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

LUGONES. *Rumo a um feminismo decolonial*. Estudos Feministas. Florianópolis. SetDez. 2014

MAGALHÃES, Izabel. RESENDE, Viviane. MARTINS, André Ricardo. *Um método de pesquisa qualitativa*. Brasília, 2017.

RAMALHO, Viviane. RESENDE, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. Brasília, 2006.

RESENDE, V. M; SILVA, R. B. Análise de discurso crítica e comunicação: quem é Rafael Braga Vieira em O Globo.com? In: MAGALHÃES, L. (Org.). *Análise de Discurso Crítica e Comunicação: percursos teórico e pragmático de discurso, mídia e política*. Teresina: UFPI, 2017.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Cena do Crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

VAN Dijk, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN Dijk, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN Dijk, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997

XAVIER, Elódia. *Que Corpo é Esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Mulheres, 2007.